



Semeando futuros e retocando passados

Daniel Afonso da Silva

Desenvolvimento econômico local: ruralidade e o progresso dos municípios brasileiros, de Adriano Renzi e Carlos Alberto Piacenti, São Carlos, Pedro & João Editores, 2023, 322 p.

Jorge Luis Borges alimentava a convicção que sugere que um bom livro é aquele que lê o seu leitor. Quem navega pelos prados das *belles-lettres* de alta expressividade e sofisticação nota fácil que o argentino tinha nisso muita razão. Italo Calvino, outro mestre desse tipo de concepção, do outro lado do Atlântico e desde alguma de suas *idades invisíveis*, ponderava na mesma direção; e ainda ia além, afirmando ser difícil sair de um livro formidável sem a sensação de que ele – o livro – e seu autor, ao fim das contas, parecem sorrir. Sorrir um sorriso de efeito caborteiro. Cheio de malícia. Coisa de Medusa. Cheio de charme. Coisa de Mefistófeles. Quase machadiano e cheio de miradas de soslaio. Tipo oblíquas, feito ressaca. E tipo circulares, feito provocação, do início ao fim. Ora no entusiasmo, ora em comoção. Ora em maravilhamento, ora em estupefação.

Em altas e belas letras – aquilo que Ovídio, Quintiliano, Horácio, Cícero, Vir-

gílio denominavam *littera* –, em maior ou menor grau, é – ou pode ser – sempre assim. Uma tempestade em primor. Um cataclismo ao resplendor. Um caminho sem volta ao conhecimento e ao saber.

Borges que o diga. Calvino que o demonstre.

Em outros gêneros, geralmente distantes da alta e altíssima sofisticação das *belles-lettres*, nem sempre essa métrica de ilustração se transforma em convenção. Em verdade, para ser justo e sincero, longe das áreas imperativamente regidas pelo peso moral da modéstia das Artes – com “a” maiúsculo e imaginação infinita – essa realização simbólica ocorre *quase nunca*. Nos escritos acadêmicos, por exemplo, nos últimos tempos, que beiram século, esse *quase nunca* deu lugar ao *quase sempre* para ser enfática e taxati-

DANIEL AFONSO DA SILVA é doutor em História Social pela FFLCH-USP e integrante do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (Nupri) da USP.

vamente *nunca*. Nunca ou jamais. Jamais ou nunca. Como se queira desejar.

Isso porque, desde o início da agudização da especialização da razão nos séculos primevos da Modernidade, os grandes filósofos, artistas e autores foram virando singelos acadêmicos. *Auctoritas* e autorais. Avessos à *imitatio* e ao *aemulatio*. Debochadores da *mimese* e do controle do imaginário. Blasfemadores do decoro e do cânone. E, nessa condição, foram transformando o saber e o conhecimento n'algo restrito, vazio, obscuro, sem charme. Cada vez mais útil – é bem verdade. Mas, cada vez, também, menos luminoso. E, por isso, desidratado sem expressão. Sem forma. Mesmo que eivado de conteúdo.

Nietzsche e Wittgenstein – para ficar apenas neles, maiores em suas épocas, e não rememorar afoita e desesperadamente Vico, Kant, Hegel, Schopenhauer, Weber, Keynes e mesmo Marx – passaram a vida se deblaterando contra essa conformação. Nenhum deles acreditava nem suportava a separação da ciência *versus* as artes, do saber elaborado frente à vida, do conhecimento estruturado diante da fé, dos rigores da universidade *versus* os imperativos convencionais de cada tempo. Todos eles defendiam um saber com obras e uma universidade com ação. Uma amputação desses fragmentos do Todo era, para eles e muitos outros, uma ignomínia. Uma indecência. Uma irresponsabilidade. Coisa de burocratas. Coisa de onanistas mentais. Quem sabe coisa de imaturos arlequins, histriões, truões, farsantes, bonifrates, *clowns*. Aqueles mesmos que Max Weber (1864-1920) apartou do *savant* – o intelectual, o professor, o sábio – e dei-

xou bem perto do *politique* – o sujeito avesso aos rigores da cientificidade da veracidade da razão.

Mesmo assim, a separação prosperou e avançou muito depois da derrubada massiva dos mantos purpúreos e das negras sotainas. Ou seja, depois das revoluções, de Napoleão e da burocratização, geralmente universitária, da produção de conhecimento e saber.

De toda sorte, o ocaso da Modernidade tudo isso revisitou.

Não foi nas trincheiras que esse ocaso começou. Mas foi nas suas ruínas que ele se acentuou. Notadamente no triênio 1942-1944 e no biênio 1944-1945. Nesses momentos, a Modernidade chegou ao seu estágio máximo de paralelismo, contradição, entropia e agonia. Auschwitz-Birkenau, campos de concentração. Eis o produto da Modernidade e de sua racionalidade. Se nada disso bastasse, vide o sadismo sem paralelos plasmado nas quedas de Berlim, Tóquio, Hiroshima e Nagasaki. Tudo, a rigor, fruto da Modernidade.

Sob a sua hoste, nunca, portanto, o ser humano fora tão conscientemente marginal. Vide as centenas de milhares de pessoas queimadas vivas nas ofensivas ocidentais de liberação. Lembre-se dos milhões de outros – 60, 70, 80 milhões – que tiveram a sua vida injuriada para nunca mais reabilitar.

Como seguir endossando essa Modernidade? Uma Modernidade de razão iluminista. Que especializava o saber, mas que retirava dele toda fé e todo o coração? Como seguir endossando tudo isso depois das monstruosidades das guerras totais?

Moralmente, não dá para endossar.

Adeus, então, Modernidade?

Se fosse assim, seria fácil.

Mas, não: não foi assim.

O arranjo encontrado foi a Pós-Modernidade. Com o prefixo “pós” bem situado para indicar o ancoramento do após no antes. Fazendo-se, assim, um eterno mal-estar. Da agonia da Modernidade ao mal-estar da Pós-Modernidade. Tudo porque o traumatismo da longa noite escura – leia-se: das guerras totais de 1914 a 1945 –, ao produzir o mal-estar da civilização, também vandalizou todas as referências modernas e, no contrapelo, foi incapaz de colocar outras no lugar.

Ocorreu, desse modo, nesses tempos de tormentas – e quase ninguém ousa mencionar –, um verdadeiro sinistro mental e moral eternamente irremediável. Nunca se viu tanta selvageria entre os homens nem tanta brutalidade entre iguais. E não apenas nos campos de batalha. Mas na vida em geral e como um todo. Desse modo, todos os campos da existência humana foram, assim, violados, violentados, deturpados. Como decorrência, nenhum corredor da produção de ciência, arte, conhecimento, informação e saber sobreviveu incólume. O impacto de tudo isso, portanto, sobre a universidade foi – e continua sendo – imenso. Todos os seus códigos e decoros de produção de conhecimento e saber foram, por tudo isso, gravemente lesionados.

Por essa razão – e não é de se estranhar – que, após o dilúvio de tragédias do apocalipse de 1914-1945, os anos que se seguiram deram vazão à afirmação do fim das certezas, das verdades, dos fundamentos universais, dos critérios absolutos. Era o último suspiro da Modernidade e a inauguração da Pós-Modernidade. Os

anos eram 1950-1970. Um verdadeiro *momentum*. O *momentum* de uma inclemente hecatombe epistemológica sem concessão. Onde nenhum paradigma suportou sem, ao menos, trincar e nenhuma área do saber permaneceu viva sem rachar. Era a crise geral de paradigmas. Onde nas ciências ficou em pé e, por isso, tudo precisou remoçar.

A gravidade disso tudo foi tamanha que inclusive a suspeição de Einstein sobre a disposição de Deus em jogar dados com o universo perdera a totalidade de sua relevância. Descobriu-se – ou se lembrou – amargamente e se popularizou que Deus sempre foi onisciente, indiviso e insondável. Sendo assim, por lógica, era impossível prever as suas jogadas tanto quanto a sua intenção em jogar. Dito francamente e sem parábolas, esse “simples” (re)descobrimto levou a pique todos os profundos fundamentos da física clássica que, a rigor, fundamentaram a ciência moderna, legitimaram a Modernidade e justificaram a especialização universitária do conhecimento e do saber. O rei, assim, ficou nu e as suas concubinas, incapazes de cobri-lo. A Teoria da Relatividade e a física quântica esmagaram de 80 a 90% de tudo que cientificamente se fez, imaginou e pensou ao menos desde Nicolau Copérnico (1473-1543) e Giordano Bruno (1548-1600) até chegar aos experimentos de Niels Bohr (1885-1962). Quem tiver alguma dúvida – por mínima que seja –, que volte com perícia aos feitos de Werner Heisenberg (1901-1976) e/ou de Robert Oppenheimer (1904-1967).

Dito sem retoque nem interjeição, a inquestionável hecatombe epistemológica da viragem da Modernidade para a Pós-

-Modernidade tornou Newton, Galileu e Descartes – distintos pilares da ciência moderna como um todo e da física clássica em particular – anacrônicos, estereis e sem razão. Assim como Darwin – e muito do materialismo de Marx – também.

Não dá para tomar consciência de tudo isso sem se espantar. Praticamente todo o saber humano fabricado sob a Modernidade precisou ser revisto e se revisar. Nessa, portanto, imoderada revisão, virou, assim, banal se reconhecer que o observador altera a natureza do objeto observado. Que o experimento da dupla fenda deu e dá a tudo isso razão. Que o bóson de Higgs, do recentemente falecido professor Peter Higgs (1929-2024), segue cientificamente uma verdade. Que infinitos corpos, assim, podem ocupar o mesmo lugar no espaço. Que existe o vácuo quântico. Onde tudo é onda e vai emaranhando. E que isso tudo é ciência e não cabala nem misticismo. Ciência nova. Nova ciência, sob novos paradigmas.

Sim: impressiona, emociona e desconcerta.

E desconcerta ainda mais porque o impacto de tudo isso sobre a universidade foi devastador. O *novo saber* sobre o conhecimento e o *novo conhecimento* sobre o saber simplesmente esquarteram todos os preceitos iluministas da cisão de ciência *versus* as artes, artes *versus* vida, rigor acadêmico *versus* fluidez de conhecimento e saber. Consequentemente, todos os seguimentos universitários precisaram internalizar essa nova realidade, esses novos tempos, essa nova forma de fazer e pensar ciência. O mal-estar gerado por tudo isso foi – e continua sendo – extraordinário. A incerteza tomou conta

de praticamente todas as áreas do saber de modo a ninguém nem nenhuma área universitária conseguir grassar em imobilismos. Era o *momentum* 1950-1970. Um momento rude e implacável para os produtores de conhecimento e saber. Um momento em que muitos simplesmente caíram em desespero por literalmente não conseguir saber o que fazer.

Que fazer?

No espaço universitário das ciências humanas e das humanidades – áreas, desde o Setecentos, tidas como “moles” por *manque* de aderência contundente aos preceitos de Verdade, com “v” maiúsculo, impostos pela ciência moderna – uma tentação de cientificidade tomou conta de praticamente tudo e de todas as áreas, desde a filosofia às letras à história à geografia à economia à sociologia à antropologia e afins. Nada, desse modo, escapou dessa tentação. Nem mesmo as convenções muito antigas feitas aquelas que, ao menos desde Heródoto, Quintiliano e Aristóteles, sempre entenderam que a filosofia, as letras, a história (entre outras) eram irmãs das artes, namoravam a totalidade e granjeavam abarcar fragmentos do infinito. Nada, mesmo dessas convenções, restou. O que causou avarias irremediáveis no interior das ciências humanas e das humanidades.

Discorrer sobre as particularidades dessas avarias importaria discussões exaustivas, em outros níveis e em outros lugares. Aqui e por agora talvez seja somente relevante acentuar que, do martírio da Modernidade ao frescor da Pós-Modernidade, a integralidade dos fundamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos de todas essas áreas foi violentamente ca-

nibalizada e, frente a isso, todas essas áreas, por razões existenciais, precisaram vivamente reagir. Dessa maneira e de modo sistematizado, o conjunto das ciências humanas e das humanidades se organizou em torno de duas estratégias: a) fugir da discussão ou b) garimpar mecanismos racionais de compensação.

Quem não fugiu, buscou refúgio num conceito chamado de interdisciplinaridade.

Ou seja, partindo-se dos imperativos da física quântica que aduzem que tudo é onda, tudo está emaranhado e múltiplos corpos podem ocupar o mesmo lugar no espaço, então tudo é interdisciplinar. E sendo interdisciplinar também poderia ser multidisciplinar e transdisciplinar.

Inter, multi e trans. Eis a estratégia de compensação e o lugar de refúgio dos praticantes das ciências humanas e das humanidades a partir do *momentum* 1950-1970.

Tudo bem. Muito interessante. Sem problemas.

Até que um baiano, academicamente experimentado, nascido em Brotas, formado em Salvador e tornado doutor em Strasbourg, na França, após viajar o mundo e contrastar consciente ou inconscientemente essa estratégia com variadas audiências, chegou a uma ponderação singela e desconcertante que afere o seguinte: não existe inter, multi e transdisciplinaridade sem disciplinaridade.

Ou seja, não existe relação entre disciplinas sem a fundamentação das disciplinas. Portanto, não existe diálogo disciplinar sem a afirmação da identidade disciplinar. Filosofia, letras, história, geografia, economia, sociologia, antropologia (e outras) dentro da universidade são áreas/disciplinas diferentes. Com códigos e

decoros diferentes. Que para seriamente se relacionar precisam, antes de tudo, se afirmar. Uma afirmação que só se realiza através *aggiornamento* de natureza ontológica, epistemológica e metodológica.

Dito sem meias-palavras, esse brasileiro, baiano, nascido em Brotas, dinamitou a estratégia de compensação empregada pelas ciências humanas e pelas humanidades ao evidenciar que o recurso ao refúgio da inter, multi e transdisciplinaridade era, em verdade, uma tentativa de fuga da afirmação ontológica, epistemológica e metodológica de cada uma das áreas.

O nome desse brotense ilustre é Milton de Almeida Santos (1926-2001) e essas suas ponderações simplesmente reabilitaram o mal-estar de se produzir saber e conhecimento depois do *momentum* 1950-1970. Sendo frio e direto, elas indicavam que ser academicamente honesto envolvia essencialmente uma meditação sobre método.

Quem seguiu relutando a essa meditação encontrou na noção de complexidade de Edgar Morin – nascido em 1921 e ainda vivo – outra estratégia de compensação. Ou seja, novamente partindo-se dos imperativos da física quântica que aduzem que tudo é onda, tudo está emaranhado e múltiplos corpos podem ocupar o mesmo lugar no espaço, então tudo é complexo.

Mas, novamente, não frutificou.

E, agora, como refúgio, os praticantes das ciências humanas e humanidades preferiram migrar para ilhas. Ilhas cada vez mais distantes e difíceis de se penetrar.

Nessas ilhas, as questões de método viraram mistérios tão bem guardados que nenhum estrangeiro – leia-se: alguém vindo de outra área – consegue decifrar. Desse modo, o diálogo sincero

e verdadeiro entre antropólogos, museólogos, economistas, historiadores, politólogos e afins virou quase impossível. O tipo de saber produzido por cada um deles ficou mais e mais sofisticado, complexo e acadêmico. Acadêmico, talvez, até demais. Tanto que os seus mecanismos de verificabilidade viraram praticamente insondáveis para quem não é da área.

Deixando essas tormentas de lado, o único aspecto aferível da produção de conhecimento e saber no interior das ciências humanas e humanidades que restou foi aquele da formalização dos resultados. Ou seja, da comunicação – leia-se: da escrita –, do conhecimento e do saber. E, nesse sentido, a Modernidade e a Pós-Modernidade contribuíram igualmente para o afastamento da ciência das artes. Ou seja, da comunicação por *belles-lettres*.

No mundo inteiro foi assim e no Brasil não foi diferente.

No plano geral, desde que dilemas gerais da viragem da Modernidade à Pós-Modernidade chegaram às universidades brasileiras que o martírio da cientificidade passou por aqui também a imperar. Praticamente toda a agonia de fora ganhou, por aqui, feições nacionais. Tome-se, por exemplo, o caso da economia – uma das áreas mais cientificamente relevantes do espaço das ciências humanas e das humanidades – e examine-se a sua relação com a comunicação de resultados.

Francamente, no horizonte de uma ou duas gerações após o *momentum* 1950-1970 chegar por aqui, pelos *campi*, o esforço intelectual da comunicação com precisão, alguma imaginação e parcelas de ironia foram esmaecendo até quase desaparecer. Nesse sentido, aquele sorriso matreiro das

frases de um Celso Furtado (1920-2004), por exemplo, começou a rarear e aquela ironia desconcertante das manifestações de um Roberto Campos (1917-2001) desapareceu para nunca mais voltar. Isso porque, adicionada à hecatombe epistemológica global, a inclemente pasmaceira de autoenganos que o *politically correct* universitário recentemente mobilizou acabou por ostracizar toda a relevância artística de toda essa gente. No mesmo diapasão, as convicções implacáveis – corretas e equivocadas – de uma Maria da Conceição Tavares viraram *démodés*. Isso porque, além da pasmaceira do *politically correct*, a tentação *woke* começou a literalmente lobotomizar trabalhos, autores e intenções. Por conseguinte, passou-se a se menosprezar o peso da retórica – e, portanto, das artes – no convencimento. Por tudo isso, aquele charme tipo *british* de um mestre feito John Maynard Keynes (1883-1946) passou a ser, no Brasil, quase condenado. De modo que a sensibilidade genuinamente literária de gente da qualidade artística de André Lara Resende, Pérsio Arida, Paulo Nogueira Batista Jr. e Eduardo Gianetti da Fonseca passou a ser tratada como “não ciência”, “empulhação”, “confusão”.

Impressiona, mas tem sido assim. E sendo assim, de uns tempos para cá, teses acadêmicas de mestrado ou doutoramento – e não apenas na economia – apresentadas nas universidades brasileiras começaram a aparecer sem tese. Se isso não bastasse, essas teses sem tese viraram pastagem fértil para plagiadores e indigentes universitários.

Dito e vendo dessa maneira – copo integralmente vazio –, dá-se a impressão de terra arrasada. É quase. Mas não

ainda. Ainda não porque, por mais que a interiorização das derivas epistemológicas mundiais sobre a realidade universitária brasileira tenda a dificultar novas ideias, novos atores e novas posturas, novidades ainda existem. Das muitas novidades materializadas em autores e obras disponíveis recentemente no Brasil, merece muita atenção, como exemplo, o doutor Adriano Renzi e o seu formidável *Desenvolvimento econômico local: ruralidade e o progresso dos municípios brasileiros*, supervisionado por Carlos Alberto Piacenti.

Pelo título – *Desenvolvimento econômico local* –, o livro indica, de saída, não ter nada que ver com *belles-lettres*, tampouco com assuntos amenos. Com o subtítulo – *ruralidade e o progresso dos municípios brasileiros* –, adicionam-se a essa fachada carrancuda ainda mais complicações.

Visto por esse aspecto, sim: o livro não é simples nem brando e aparenta habitar uma ilha. Mas, não. Basta abrir o livro e seguir para ver que não. O livro, malgrado técnico, não é enfadonho nem totalmente despido de ambições, emoções e arte.

Lê-se, assim, com gosto. Ou melhor: é-se lido por ele.

Do início ao fim ele apresenta um conjunto de provocações guiadas feitas conscientemente para perturbar o leitor. Impossível, desse modo, singrar atentamente de capa a capa sem perder o prumo.

Aprende-se muito lendo esse livro pois surpresas variadas vão emergindo página a página, seção a seção, capítulo a capítulo. Mas a surpresa decisiva começa a aparecer nos momentos finais da leitura, no qual se encontram os resultados originais da pesquisa. E é justamente nesses resultados que o livro e o seu autor parecem, enfim, sor-

rir. Restando ao leitor ser por eles lido. É incrível a sensação: *Desenvolvimento econômico local* e Adriano Renzi leem o leitor, sorriem por último e desconcertam quem acredita que domina a arte de sorrir.

Não se sabe se autor e obra fazem isso conscientemente ou não. Mas, ao fazê-lo, o livro e o seu autor induzem o leitor a um profundo exame de consciência, convencendo a todos da relevância da análise de dados, dos métodos quantitativos e da produção de índices e indicadores na contemplação segura da realidade brasileira. Tudo muito técnico – é verdade – e tudo muito conceitual. Mas, ao mesmo tempo, tudo muito bem pensado, medido e meditado nos planos ontológico, epistemológico e metodológico. Ninguém tem dúvidas tratar-se de um trabalho de economia. Ninguém tem dúvidas tratar-se de um assunto essencial. E ninguém tem dúvidas que existe nessa tese uma tese.

Trata-se, assim, de um esforço intelectual raríssimo entre os universitários brasileiros que envolveu fazer um estudo técnico, sério e duro, produzindo-se assim um livro audacioso, mas, ao mesmo tempo, um livro cheio de charme.

Saído de uma tese de doutoramento defendida em 2021 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agropecuário da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, agraciada com o Prêmio Capes na categoria Planejamento Urbano e Regional/Demografia, retrabalhada num pós-doutoramento na Universidade Estadual de Maringá e tornada livro entre o inverno e o verão de 2023, na longínqua Universidade Federal da Grande Dourados, onde o doutor Adriano Renzi leciona Macroeconomia, esse livro tem,

portanto, uma longa e significativa história. Uma história que recobra outras histórias, como aquelas que envolveram os estudos também muito ousados e determinados que resultaram em “Desenvolvimento econômico: do crescimento à prosperidade” (Renzi; Henz; Rippel, 2019) e “Crescimento econômico nos municípios do Paraná-Brasil: uma análise com econometria espacial” (Renzi et al., 2022).

Por toda essa trajetória, o livro é eivado de rigores e convicções. Aqui, por certo, não é o melhor lugar para se explicitar as dimensões *positivas* e *normativas* desses rigores nem dessas convicções. Mas vale notar que existem e são importantes.

Indo ao coração do livro, ele foca os enigmas do desenvolvimento econômico em geral e do desenvolvimento econômico brasileiro em particular e se espraia por esforços de melhor mensuração da noção de *local* e maior calibragem técnica dos impactos do *novo rural* – a saber, da ruralidade – na compreensão da multidimensionalidade dos municípios brasileiros. Um assunto, de saída, difícil, complexo e engajado. E, mais que isso, um assunto presente em todos os debates verdadeiramente sérios sobre a realidade brasileira atual, pretérita e futura.

Nesse sentido, é de valor se ressaltar que a grande contribuição do livro reside na construção de um painel de indicadores com 146 variáveis de alta sensibilidade para a aferição de dimensões ambientais, demográficas, econômicas e sociais de 5.560 municípios brasileiros.

Isto: simplesmente isto.

Não precisa ser universitário tampouco economista para notar o rigor do enquadramento e a eficácia do método envoltos nisso.

Quem tiver pressa para tudo isso perceber, basta correr ao terceiro capítulo e vasculhar as páginas da 114 à 146. Lá existe uma tabela com todas as variáveis projetadas e todas as descrições dos seus fatores de aferição. Todas essas informações, em seguida – no próprio capítulo terceiro, mas principalmente nos capítulos seguintes –, vão espelhadas em dados do IBGE, notadamente do Censo e do Censo Agropecuário, do DataSus, do Ipeadata e do Atlas de Desenvolvimento disponíveis para os períodos de 2004-2006 a 2012-2013.

Feito, organizado e publicado, o imenso trabalho contido nessa tabela parece bem simples, trivial, truísmo, banal. Mas quem se detém nisso tudo com cuidado nota que não. Observando-se com perícia, percebe-se que aquela tabela indica uma operação acadêmica quase diabólica que os entendidos chamam de *arar o mar* e os populares denominam de *retirar leite de pedras*.

Nem sempre *arar o mar* ou *retirar leite de pedras* surte efeito positivo. Mas, no caso presente – para o bem da tese, do livro e do seu autor –, o resultado foi formidável. É para se ter uma dimensão desse êxito basta seguir os resultados nos capítulos quarto e quinto para se apreciar um verdadeiro inferno de dados virando um mar de águas limpas, claras e tranquilas de compreensão de realidades brasileiras.

Ao fundo, esses capítulos quarto e quinto apresentam uma rigorosa *análise fatorial*, marinada em sofisticados arranjos quantitativos, que desemboca no Índice de Desenvolvimento Econômico da Ruralidade (Ider) e no Índice de Desenvolvimento Econômico Local (Idel). Índices – o Ider e o Idel – que propõem, simplesmente, a superação

da abrangência, precisão e qualidade dos resultados aferíveis pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM-G).

Dito sem meias-palavras: uma contribuição imensa e, em muitos aspectos, acadêmica e universitariamente, sem par. Ou, como se diz no popular, uma contribuição de ouro.

Sim, o Ider e o Idel, feitos como foram feitos, são ouro. Ouro bruto, ouro negro, ouro raro. Um tipo de ouro que amplifica a percepção da complexidade do desenvolvimento econômico brasileiro, oferece uma maior dimensão das desigualdades locais e regionais do país e aumenta a consciência de todos sobre as urgências da sociedade brasileira.

Como não ler esse livro?

Mas o livro ainda tem e diz mais.

No seu primeiro capítulo, vão indicados passeios interessantes pelas controvérsias insuperáveis referentes ao desenvolvimento econômico e, no seu segundo capítulo, vão desenhados esforços decididos para a incorporação da noção de ruralidade na discussão sobre desenvolvimento. Mas é – como já mencionado – do terceiro capítulo em diante que vão contidas as contribuições essenciais do livro.

De toda sorte, quem acompanhar o texto na sequência, de uma capa a outra,

vai perceber ainda mais a força de toda a tessitura do argumento se misturando à exposição feito uma rota em aceleração.

Mas, por claro, não dá para se concordar com tudo que o livro propõe. Existem passagens – especialmente nos capítulos primeiro e segundo – que deveriam desaparecer e outras muitas – notadamente nos capítulos terceiro, quarto e quinto e nas Considerações Finais – que mereceriam ser desdobradas. Sobre a distribuição histórica dos dados enquadrados entre 2004-2006 e 2012-2013, por outro lado, muito mais poderia ser dito. E não restam dúvidas que o autor tem muito mais a dizer.

Avançando para outro horizonte e outros trabalhos, como sugestão, todos os dados do livro poderiam ser atualizados. Como sabido, já saíram as amostras do Censo Agropecuário de 2017 e do Censo Geral de 2020-2022. Da mesma maneira, poderia existir uma maior problematização sobre os possíveis impactos do Ider e do Idel na formulação e reformulação de políticas públicas vigentes. Por fim, a parte mais técnica, os capítulos do terceiro ao quinto, poderia ser transformada em cartilhas direcionadas aos homens práticos tomadores de decisão. Eles precisam desse ouro para se guiar.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON IMBERT, E. *Historia de la literatura hispanoamericana*. México, Fondo de Cultura Económica, 1995.
- ARIDA, P. *História do pensamento econômico como teoria e retórica*. Rio de Janeiro, PUC-RJ, 1983.
- BAIROCH, P. *Economics and World History: myths and paradoxes*. Chicago, The University of Chicago Press, 1993.
- BENTLEY, J. H. *The Oxford handbook of world history*. Oxford, Oxford University Press, 2015.
- BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo, Editora 34, 1997.
- BLOOM, H. *O cânone ocidental*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Objetiva, 2001.
- BORGES, J. L. *Obras completas*. Buenos Aires, Emecé, 1974.
- CAMPOS, R. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.
- CAPRA, F. *O tao da física: uma análise dos paralelos entre a física moderna e misticismo oriental*. São Paulo, Cultrix, 1990.
- CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. *Handbook of international relations*. Londres, Sage, 2002.
- DAMÁSIO, A. *O erro de Descartes*. Trad. Dora Vicente. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- FRANCO, G. H. B. *A moeda e a lei – Uma história monetária do Brasil, 1933-2013*. Rio de Janeiro, Zahar, 2017.
- FURTADO, C. *A fantasia desfeita*. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- FURTADO, C. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- FURTADO, C. *Essencial*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil: edição comemorativa, 50 anos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- GADAMER, H.-G. "Hermeneutics and the social sciences". *Cultural Hermeneutics*, vol. 2, 1975, pp. 307-16.
- GAUCHON, P. (coord.). *Le monde – Manuel de géopolitique et de géoéconomie*. Paris, Puf, 2008.
- GOSWAMI, A. *O médico quântico: orientações de um físico para a saúde e a cura*. São Paulo, Cultrix, 2006.
- HARTOG, F. *Régimes d'historicité: presentisme et expérience du temps*. Paris, Seuil, 2003.
- HEGEL, G. W. F. *Raison dans l'histoire – Introduction aux leçons sur la philosophie de l'histoire du monde*. Paris, Seuil, 2011.
- ISAACSON, W. *Einstein*. Trad. Celso Nogueira. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.
- MORIN, E. *Sociologie de la complexité*. Paris, Agogée, 2010.
- ONFRAY, M. *Decadence. De Jesus à Bin Laden. Vie et mort de l'Occident*. Paris, Flammarion, 2017.
- REGO, J. M. *Revisão da crítica: metodologia e retórica na história do pensamento econômico*. São Paulo, Editora Bial, 1991.

- RENZI, A. et al. "Crescimento econômico nos municípios do Paraná-Brasil: uma análise com econometria espacial". *RPER*, n. 61, 2022, pp. 151-67.
- RENZI, A., HENZ, A. P., & RIPPEL, R. "Desenvolvimento econômico: do crescimento à prosperidade". *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, n. 15, v. 6, 2019.
- ROS, J. *Rethinking economic development, growth and institutions*. Oxford, Oxford University Press, 2013.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- SKIDELSKY, R. *John Maynard Keynes. Fighting for Britain, 1937-1946*. Londres, Viking Press, 2000.